

**SÉRIE ANTROPOLOGIA**

**118**

**REPENSANDO A  
(PÓS-GRADUAÇÃO  
EM ANTROPOLOGIA)**

**Klaas Axel A.W. Woortmann**

**Brasília  
1992**

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma proposta de reorganização do processo de pós-graduação na área da Antropologia. Tal proposta não pretende ser uma receita geral. Ela resulta de uma experiência particular e atende ao que é considerado uma solução para o caso correspondente a essa experiência. Contudo, ela resulta também de observações mais gerais, relativas à pós-graduação no país como um todo. É esse "mais geral" que me permite fundar as considerações que se seguem sobre o problema que aqui distingo como o da geração de uma **cultura do Mestrado**.

## 1. A Cultura do Mestrado.

Há cerca de duas décadas foram instituídos no Brasil os programas de pós-graduação. Antes disso, todos os nossos doutores, ou mesmo mestres, haviam obtido seus graus seja na USP -- que tem uma história e uma tradição mais longas que as universidades federais - seja no exterior. Não sei se os antropólogos hoje no país como um todo, são em sua maioria titulados pela USP, no exterior, ou por outros Doutorados do país. No Departamento a que pertenço, 60% são titulados no exterior; 26% pela USP, e 13% pela própria UnB. De qualquer forma, com a institucionalização da pós-graduação no país, a partir da segunda metade dos anos 60, iniciou-se um processo de "internalização dos supostos da produção/reprodução acadêmica". Ou algo como uma "substituição de importações", ainda que com modelos de saber importados. Tentava-se, talvez, introduzir o Brasil no Primeiro Mundo acadêmico. Mas, tal como em reiteradas tentativas no campo da economia, não foi bem isso que aconteceu.

Não estou com isto querendo dizer que não existam bons programas no Brasil. Nem que todos os programas nos países primeiromundistas sejam tão bons. Existe em nosso país, por certo, um pequeno número de cursos pós-graduados de excelente qualidade, tão bons quanto os dos EUA ou Europa. Contudo, com a criação dos cursos de Mestrado, criaram-se também alguns problemas, resultantes, paradoxalmente, tanto da alta qualidade de alguns como da baixa (ou não-tão-alta) qualidade de outros. Na verdade, eles podem ser vistos como o resultado da criação de um problema maior, ou mais geral, que pode ser resumido no que chamo de **Cultura do Mestrado**. Essa cultura possui duas dimensões, diametralmente opostas.

No Brasil, dizem alguns de seus intérpretes, o político é uma instância mais importante que o econômico; certamente é também mais importante que a instância acadêmica. Por outro lado, tal como ocorre em nossa indústria, também em nossas universidades, e nas agências governamentais que deveriam fiscalizá-las, existe um sério problema de controle de qualidade.

Instituições chamadas de "universidades" tem sido criadas pelo país afora sem a menor preocupação com critérios de excelência e sem o menor compromisso com a ciência, mas profundamente relacionadas com o mercado do empreguismo; fortemente compromissadas com a política clientelista; decididamente aliadas ao bacharelismo. Sob uma máscara de modernidade, criam-se "universidades" reprodutoras do arcaico. Basta que surja uma nova unidade da Federação, e suas elites políticas extraem do Ministério da Educação mais uma de tais "universidades", para deleite das burguesias locais. Cria-se uma

situação característica daquilo que Bourdieu chamou de "comunidade de má fé". Todos sabem que a coisa é ruim, mas todos fazem de conta que é boa. A "comunidade de má fé" é também o "pacto de mediocridade", entre professores e alunos, e entre "universidade" e sociedade local. Passando a ocupar cargos em governos locais, ou nas próprias "universidades", os egressos precisam ser competentes em manipulação política; ninguém deles espera competência intelectual - nem tampouco se espera isso de seus professores.

Seria necessário estudar o problema sociológico relativo ao significado da categoria (e da instituição) Universidade em distintos contextos específicos da sociedade brasileira, pois evidentemente ela não significa a mesma coisa nos segmentos mais complexos e naqueles menos complexos de nossa sociedade. Se, segundo Cândido, Schwartzman e outros, a USP foi criada como parte de um projeto político hegemônico da burguesia paulista, voltado para a formação de uma elite e com objetivos modernizantes, outros projetos, nos setores mais arcaicos do país podem ter existido, não obstante uma retórica também modernizante.

Essa proliferação de "universidades" provavelmente guarda relações com o que da Matta chamou de "sociedade relacional", e parece replicar sob uma aparência moderna, certos processos tão característicos da República Velha, enquanto relação entre o poder local e o poder central, na medida em que ela abre novos espaços para antigas elites. Ao mesmo tempo, ela se alia a uma união entre o velho e o novo, desde um outro ponto de vista: a estranha aliança entre o clientelismo estatal (travestido pela roupagem da "democratização das oportunidades educacionais") e o sindicalismo cartorial, pois é bem sabido que é nessas instituições que encontra forte guarida o obreirismo refletido em princípios como o da isonomia.

Quando foi criada a pós-graduação, o mesmo processo se replicou, em outro nível. "Ter Mestrado" passou a ser uma reivindicação política, em boa medida independente de padrões de qualidade. A criação de cursos de Mestrado abriu, dentro das instituições, novos espaços de disputa de status e prestígio, colocando-se, assim, como nova dimensão de um campo de poder. Passou-se a supor que com programas de pós-graduação uma universidade ganharia em prestígio, ou receberia mais verbas. Ganhariam prestígio e posições de mando (e mais alguns cargos) os setores que lograssem criar mestrados. Conheço mesmo uma universidade que, embora não possuindo cursos de pós-graduação possui, não obstante, uma Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (talvez ela se ocupe com pesquisas...). Conheço também um programa de Mestrado cuja biblioteca tem um acervo menor que o número de livros que tenho em casa (e que não são tantos).

Não deixa de ser estranho que, havendo um processo de avaliação de programas, bastante acertado, que os classifica de A a E, continuam existindo, ao longo dos tempos, os programas de mais baixa qualificação, quando, a rigor, só deveriam existir os de nível A; talvez também os de nível B. Programas C, D e E existem como tais às vezes por mais de uma década, configurando-se como "eternos emergentes". Veja-se, a propósito a relação de programas de pós-graduação, com as respectivas avaliações, publicada na Folha de São Paulo, em sua edição de 23-6-91. Embora isso possa vir a ser alterado, até agora, no mundo acadêmico como no futebol, tudo parece indicar que quem é bom já nasce feito, pelo menos no caso da Antropologia. Os atuais programas de Mestrado de nível A já surgiram como tais; nenhum que tenha nascido B, C, D, etc. logrou galgar a escala da mobilidade

acadêmica para chegar ao cobiçado nível A. Até agora, por outro lado, todos os cursos de Doutorado são de nível A, e se constituíram a partir de programas de Mestrado também de nível A. Até agora, pois o estilo "soft" que anima as autoridades pode prenunciar a emergência de doutorados de nível C.

A proliferação de programas não-tão-bons constitui uma das dimensões do que chamo de **Cultura do Mestrado**. Provavelmente respondem mais a projetos políticos que acadêmicos. Há contudo, uma outra dimensão dessa mesma cultura, mais séria.

Não são apenas os programas não-tão-bons que causam preocupação. O que também preocupa é o problema criado pelos bons, precisamente por sua qualidade. Foi só a partir da criação dos programas de Doutorado que nos demos conta de que quando, cerca de 10 anos antes, criamos os mestrados, geramos também um problema.

Em diferentes encontros de especialistas em Ciências Sociais, como as reuniões da ANPOCS ou da ABA, assim como em encontros com representantes de agências de financiamento e fomento da atividade acadêmica, tem-se discutido, seja de maneira formal ou informal, as perspectivas dos cursos de pós-graduação. O tom dominante parece ser de um certo desânimo, ou pessimismo, mesmo naqueles programas de melhor qualidade. O principal problema parece ser o tempo exageradamente longo que é demandado para que se conclua a formação pós-graduada. Já há quem fale, sarcasticamente, de um "Doutorado de terceira idade".

Ninguém ignora que no Brasil se demora demais para concluir o Mestrado, para só depois iniciar os estudos que conduzem ao Doutorado. De fato, não é incomum que um aluno de Mestrado brasileiro demore mais para obter seu grau que um aluno de Doutorado norte-americano ou europeu. Não se trata de má qualidade dos cursos, mas, paradoxalmente, de um problema que, em parte, decorre justamente da boa qualidade. De um modo geral, os alunos não demoram tempo demais para concluir seus créditos/disciplinas, embora isto também ocorra; demoram, isto sim, para escreverem suas dissertações. Não porque sejam incompetentes, ou por deficiências de orientação, mas porque são competentes e contam com bons orientadores. O pecado não é de falta, mas de excesso de qualidade. A isso se acrescenta o descompasso entre o tempo de vigência das bolsas concedidas pela CAPES e CNPq e o tempo demandado para concluir o Mestrado. De fato, mesmo em nosso programa, onde se deve concluir o processo em 3 anos, o descompasso existe, agora que a duração das bolsas foi limitada a dois anos e meio.

Por razões históricas não de todo claras, ao se instituir no país a Pós-Graduação, decidiu-se fazê-lo por etapas, a começar pelo Mestrado, quando no Primeiro Mundo este grau já perdia seu sentido para quem almejava construir uma carreira acadêmica. Tal como no caso dos automóveis, começamos pelo obsoleto, ainda que, à diferença daquelas "carroças", o obsoleto acadêmico tenha atingido, em alguns casos, uma alta qualidade, qualidade até excessiva para a distância que o veículo permite percorrer.

Talvez não tivéssemos ainda no Brasil professores-pesquisadores suficientemente qualificados e em número adequado para a implantação de cursos de Doutorado. Muitas

universidades, ou departamentos específicos ainda não os têm, e talvez por isso valorizem tanto os mestrados, ainda que tenham de arrebatar docentes de outros departamentos, definidos como "participantes". Mas talvez não tenha sido este o problema. O curso de Mestrado na UnB, criado em 1972, já começou com um corpo docente de professores-doutores, titulados alguns no Brasil e outros no exterior, em quantidade suficiente.

No caso da Antropologia, com a excessão da USP, cuja história, como disse, é diferente, os programas de Pós-Graduação tiveram sua origem numa experiência iniciada por Darcy Ribeiro no antigo Museu do mundo, como curso de especialização. Após uma breve passagem pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, essa experiência foi transferida para o Museu Nacional, já sob a responsabilidade de Roberto Cardoso de Oliveira, e aí se transformou em Curso de Mestrado. Logo em seguida o mesmo "pai fundador" levou a experiência para Brasília. Com pequenas modificações o modelo - em parte construído sobre a experiência pioneira do Museu do mundo, gradativamente aperfeiçoada, e em parte adaptado às exigências formais do Ministério da Educação - difundiu-se pelas demais universidades federais, sem que houvesse, contudo, o mesmo cuidado com a qualidade. Colocava-se, por vezes, a carroça à frente dos bois, inaugurando programas antes de se contar com docentes/pesquisadores qualificados em número suficiente, ou antes de se constituírem bibliotecas.

A **Cultura do Mestrado** fez com que, de um lado, proliferassem mestrados (em todas as áreas do conhecimento) pelo país afora e pelas universidades adentro, dado o já referido prestígio supostamente derivado de sua implantação para os vários departamentos. De outro lado, nos bons programas surgiu uma supervalorização do Mestrado. Na verdade, este passou a ser, nos melhores centros acadêmicos do Brasil, uma espécie de Doutorado "de facto".

No caso da Antropologia, não tem sido absolutamente incomum ouvir-se observações do tipo "esta Dissertação poderia perfeitamente ser uma boa Tese de Doutorado". Já ouvi também, da parte de alguns candidatos ao Doutorado, a verbalização de uma preocupação que poderia parecer estranha a um europeu ou norte-americano: "e agora, como é que eu vou fazer uma Tese de Doutorado melhor que a minha Dissertação de Mestrado"? Quando se diz que uma Dissertação de Mestrado poderia ser uma Tese de Doutorado, não se está apenas elogiando o aluno; está-se também observando, implicitamente, que ele marcou passo. "Marcar passo" não significa apenas postergar a obtenção de um título, mas sobretudo retardar o processo de amadurecimento intelectual do aluno.

Curiosamente, a própria ANPOCS tem estimulado, certamente com a melhor das intenções, essa **Cultura do Mestrado** com o superdimensionamento resultante, ao instituir prêmio para a melhor Dissertação. Restringindo-me apenas à Antropologia, eu diria que todas as dissertações premiadas poderiam ser teses de Doutorado. Pior: muitas, premiadas ou não, são na realidade melhores que boa parte das teses de Doutorado realizadas em universidades estrangeiras. **Pior ainda:** tenho conhecimento (e as agências de financiamento também têm) de vários casos de doutoramentos na Europa em que as Teses de Doutorado nada mais são que uma reedição, com alguns acréscimos cosméticos, de

Dissertações de Mestrado defendidas em bons programas do Brasil.

A premiação constitui, sem dúvida, excelente massagem de ego, e expressa o reconhecimento pela comunidade acadêmica do esforço intelectual do estudante. No entanto, estimula também um certo irracionalismo, já que conduz ao superdimensionamento e à desproporcionalidade entre a qualidade da dissertação e o valor do grau acadêmico.

Resumindo: ao longo dos anos 70 proliferaram os cursos de Mestrado e ao final dessa década, ou no início dos anos 80 surgiram os de Doutorado. Em outras palavras, os Doutorados surgiram nos melhores centros quando o Mestrado se tornou vulgar - afinal de contas, desde um ponto de vista legal, títulos de Mestre de nível A ou C valem a mesma coisa. Criados os Doutorados, manteve-se "la distinction". O próprio concurso da ANPOCS, se o entendermos como um ritual, também contribuiu neste sentido. Como todo processo ritual, ele põe ordem na casa. Se sua "função manifesta" é premiar esforços individuais, ele tem também, como diria Merton, uma "função latente", pois implicitamente (rituais não costumam falar linguagens explícitas) ele distingue os melhores programas. No caso da Antropologia, pelo menos, os prêmios, incluindo menções honrosas, têm sido abiscoitados por representantes dos melhores programas (2).

Não estou querendo dizer que os cursos de Doutorado foram criados intencionalmente para manter a distinção. Eles são o resultado de uma demanda real; do alto custo envolvido na realização de doutorados no exterior; da existência de pessoal docente altamente qualificado; de investimentos em bibliotecas, etc. Mas, independentemente das intenções explícitas, os programas que criaram cursos de Doutorado reafirmaram com eles seu prestígio na comunidade acadêmica (3).

Contudo, criados os cursos de Doutorado, permaneceram inalterados os de Mestrado. Não só estabelecem a maioria dos regulamentos que o ingresso no Doutorado se restringe, na prática, aos detentores do grau de Mestre, como também não se processou nenhuma mudança na organização dos Mestrados. O que se criou foi, de certa forma, uma redundância: Dissertações de Mestrado com a qualidade de Teses de Doutorado, e Teses de Doutorado equivalentes às superdimensionadas Dissertações de Mestrado.

Por isso mesmo criou-se um problema grave que diz respeito ao tempo exageradamente longo que é demandado para a obtenção do grau de Doutor - que deveria ser, segundo quaisquer parâmetros internacionais, o título mínimo para ingresso na carreira acadêmica. Esse problema se relaciona à própria maneira pela qual a pós-graduação é concebida no Brasil. De uma maneira geral, inclusive nas agências financiadoras, como a CAPES e o CNPq, ela é pensada como formada por dois compartimentos estanques: Mestrado e Doutorado, cada um com suas regras próprias. Assim, por exemplo, recebemos toda a documentação dessas agências em duplicata. Qualquer folheto, mesmo que o conteúdo não seja específico a um ou outro curso, é enviado simultaneamente ao Coordenador do Mestrado e ao Coordenador do Doutorado, ainda que seja a mesma pessoa.

Provavelmente existem razões históricas que explicam essa concepção. Talvez ela derive do próprio modo como se construiu a pós-graduação em nosso país: primeiro o Mestrado (que acabou sendo superdimensionado) e depois, **por sobre ele**, o Doutorado. Digo "por sobre ele" porque o Mestrado continuou a existir inalterado, com fins próprios (4), nos poucos departamentos brasileiros onde veio a surgir o Doutorado. Trata-se daqueles departamentos onde os cursos de Mestrado são de primeira linha. Onde havia Mestrado de nível A, passou a haver Doutorado também de nível A. O resultado paradoxal é que **os Doutorados se tornaram dependentes e herdeiros dos Mestrados**.

## 2. Uma Nova Proposta.

Estou convencido, juntamente com meus colegas do Departamento de Antropologia da UnB, que é chegado o momento de se repensar essa relação. O que proponho aqui é dissolver a compartimentalização Mestrado/Doutorado e tornar mais racional o processo de formação pós-graduada, isto é, explodir a **Cultura do Mestrado**, evitando o desperdício de tempo, energia e dinheiro agora existente. Nosso Programa é considerado de nível A por uma série de razões, entre elas o fato de que somos aquele, dentre os de Antropologia, que titula Mestres no menor tempo médio, sem prejuízo da qualidade da formação de nossos alunos. Mas, mesmo assim, consideramos longo demais o tempo demandado para que se alcance o grau de Doutor.

A trajetória atual dos alunos, no país como um todo, desde o final da Graduação até o final do Doutorado, é em geral o seguinte, no caso da Antropologia:

Mestrado - 6 a 8 semestres  
Interregno - 1 a 4 semestres  
Doutorado - 10 a 14 semestres

Não considero aqui os casos extremos, como, de um lado, o de um ex-aluno nosso, por certo recorde nacional, que concluiu o Mestrado em 1 ano e 8 meses; ou aqueles casos de alunos de alguns programas, "pendurados" há 10 ou 12 anos, sem que tenham concluído o Mestrado.

Temos então um mínimo de 17 e um máximo de 26 semestres, isto é, **13 anos**. Comparativamente, nos EUA, por exemplo, pode-se concluir o Doutorado em 10 semestres - sem necessidade de passar pelo Mestrado. É bem verdade que também "north of the Rio Grande" nem sempre as coisas caminham bem. Assim, em Harvard, há casos de alunos de Doutorado que permanecem matriculados por mais de 20 anos sem concluírem suas teses. A recente reunião internacional sobre pós-graduação patrocinada pela CAPES mostrou que mesmo no Primeiro Mundo nem tudo são flores. Contudo, permanece o fato de que é possível concluir o Doutorado em cinco ou seis anos.

Pode-se argumentar que nada temos a ver com os EUA, ou com países europeus, e nos ufanar da excelência dos nossos mestrados (pelo menos alguns), mais rigorosos que os

deles - afinal, nossas Dissertações de Mestrado conseguem virar Tese de Doutorado lá fora (mais uma vez a Europa se curva ante o Brasil?). Pode-se argumentar que somos uma outra tradição cultural (e por isso engendramos historicamente a **Cultura do Mestrado**), ou que somos uma "variante nacional" da cultura acadêmica ocidental. Nossa terra tem palmeiras, etcetera e tal, mas isso não consegue esconder o fato de que somos não apenas uma economia de desperdício, como nos alertam os economistas/ecologistas, mas também uma academia desperdiçante.

O modelo que aqui é apresentado reduz bastante esse desperdício.

Em nosso Departamento não nos limitamos apenas a agir sobre a Pós-Graduação. Desenvolvemos uma estratégia global que abarcou desde a Graduação até o Doutorado.

Com relação à Graduação realizamos um considerável esforço de reforma curricular que está dando aos alunos uma sólida formação teórico - metodológica. Temos observado mesmo que nossos alunos de Graduação tem melhor formação que alunos de alguns programas de Mestrado. Destaco aqui a criação de uma disciplina voltada para a elaboração de projetos de pesquisa, conjugada com a institucionalização da Dissertação de Graduação, submetida a uma banca examinadora composta de tres professores-doutores. Essas modificações fizeram com que nosso curso de Graduação esteja hoje entre os melhores do país. Muitas destas Dissertações de Graduação revelaram considerável capacidade de pesquisa e de elaboração intelectual, e mostraram que o curso se tornou uma boa iniciação à carreira de pesquisador. Algumas delas, submetidas a pequenos retoques, poderiam ser publicadas.

Com relação ao Mestrado, o perfil dos alunos tem mudado ao longo da última década, em nosso Programa e certamente em alguns outros. Já se foi o tempo em que nossos alunos eram em larga medida docentes da periferia universitária, em busca de titulação e/ou qualificação acadêmica. Ao longo de nossa existência como curso desempenhamos, tal como outros programas, um papel positivo nesse processo, e vários desses nossos ex-alunos retornaram para prosseguir em sua qualificação a nível de Doutorado **após um interregno mais ou menos demorado**. Outros, ingressaram em cursos de Doutorado na USP, UNICAMP, Museu Nacional ou em universidades de primeira linha do exterior. Hoje, porém, nossos alunos de Mestrado são crescentemente recém-egressos de cursos de Graduação, em boa parte de nosso próprio. Por isso mesmo, é do próprio interesse da Pós-Graduação que se invista na Graduação, independentemente dos fins em si mesmo desta última. Não se trata, evidentemente, de restringir a clientela a nossos próprios graduados. Muito pelo contrário, o mecanismo de seleção continua aberto a candidatos de outras origens. Trata-se de responder a uma tendência real, ao novo perfil dominante do candidato à Pós-Graduação, e de garantir uma massa crítica mínima de alunos de alto nível.

Contudo, curiosamente, temos observado, eu e meus colegas, que parece operar, neste momento (pois as modificações na Pós-Graduação ainda não foram efetivamente implantadas), uma espécie de "lei de rendimentos decrescentes". As Dissertações de Graduação tem alcançado um padrão acima do esperado; as de Mestrado são, em geral, o que delas se espera em qualquer bom programa; as de Doutorado tem ficado, muitas vezes,

abaixo do esperado (ainda que de boa qualidade) quando comparadas às de Mestrado - isto é, não são substancialmente melhores que aquelas Dissertações de Mestrado que, como disse, poderiam ser boas Teses de Doutorado.

O mesmo também pude observar com relação a outros Programas, e o fato não se explica, evidentemente, por um "pioramento" dos alunos, que são frequentemente os mesmos - e é justamente com relação a estes que o fenômeno se manifesta de maneira mais clara. Nem por diferenças de qualidade do corpo docente, que é o mesmo. Uma das razões pode estar justamente no longo tempo que vem sendo consumido para completar o processo de formação pós-graduada, com o aluno envolvido numa série de obrigações conflitantes com a dedicação exclusiva à tese. Outra razão está, seguramente, no superdimensionamento do Mestrado, não obstante sua pouca serventia, hoje, como título terminal para quem persegue uma carreira acadêmica. Quem foi premiado no concurso de teses de Mestrado, será também premiado no de teses de Doutorado? Terá a expectativa de sê-lo? Se não for, se sentirá frustrado?

O que se propõe aqui é uma reorganização do processo de formação pós-graduada, no sentido da implantação de um programa único, ao invés do modelo atual, compartimentado em Mestrado e Doutorado. Esta proposta não implica, contudo, na eliminação do grau de Mestre, como se verá em seguida. Propõe-se, não mais a realização de dois exames de seleção, um para o Mestrado e outro para o Doutorado, mas um exame único, para candidatos à **Pós-Graduação**, aberto a alunos que concluíram a Graduação e que almejam chegar ao Doutorado.

Essa Pós-Graduação, voltada para formação de Doutores, será composta de duas etapas. Na **Primeira Etapa** o aluno cursará 4 semestres, num total de 12 disciplinas (duas das quais sob a forma tutorial de "cursos de leitura"), e dedicará mais um semestre à elaboração de uma **Monografia**. Essa Monografia se destina a avaliar a capacidade do aluno em relacionar dados empíricos a formulações teóricas, e em lidar com sistemas conceituais. Dela se exigirá a qualidade requerida de um trabalho para publicação.

Após submeter-se a um **Exame Teórico** (e desde que tenha tido aprovada sua Monografia) o aluno prosseguirá para a **Segunda Etapa**, composta de dois semestres de residência obrigatória, durante os quais cursará disciplinas de nível avançado e elaborará seu projeto de Tese, e de quatro semestres dedicados ao trabalho de pesquisa e redação da Tese do Doutorado. Em resumo, teríamos o seguinte modelo:

Primeira Etapa - 4 semestres (créditos/disciplinas)  
1 semestre (Monografia)

Exame Teórico

Segunda Etapa - 2 semestres (estudos avançados)  
(elaboração de projeto)  
4 semestres (pesquisa/tese)

Ainda que o processo de pós-graduação tenha como objetivo maior a formação de doutores, dado ser o título de Doutor requisito mínimo para a carreira acadêmica, ele contempla também o treinamento de técnicos com menor nível de titulação, tendo em vista o espectro geral do mercado de trabalho. Assim, ao longo desse processo, o aluno obterá, gradativamente, tres títulos. Concluídos os créditos/disciplinas da Primeira Etapa, ele receberá um certificado de Especialização. Tendo aprovada sua Monografia, receberá o grau de Mestre. Com a aprovação da Tese, obterá o título de Doutor. A diversidade de titulações não implicará, contudo, qualquer redução na qualidade da formação acadêmica.

O título de Especialização, como parte integrante desse processo, deixará de ser um "premio de consolação", como se caracteriza hoje, e se tornará um direito correspondente a uma etapa do Programa de Pós-Graduação. Perderá, pois, seu efeito estigmatizante atual, visto que ele hoje é, na realidade, um "certificado de fracasso", atribuído a quem não foi capaz de elaborar uma dissertação de Mestrado.

A substituição da tradicional Dissertação de Mestrado pela Monografia não implica absolutamente em "baratear" o Mestrado, nem em diminuir o rigor acadêmico. Trata-se, ao contrário, de tornar a Primeira Etapa um processo de consolidação rigorosa da formação intelectual do aluno voltado para o Doutorado e, ao mesmo tempo de corrigir a distorção historicamente produzida pela "cultura do Mestrado". Isto é, trata-se de adequar a Primeira Etapa ao real valor social do Mestrado, hoje excessivamente inflado.

Teremos, então, um processo que conduzirá ao Doutorado em 10 semestres. Deve haver, porém, flexibilidade suficiente para contemplar casos como, por exemplo, os de alunos voltados para o estudo de sociedades indígenas, que precisariam de mais tempo, inclusive para aprenderem a língua do respectivo grupo. Por isso, a proposta contempla um total de 12 semestres para a conclusão do Doutorado.

Comparada ao tempo que é atualmente consumido para que se obtenha o grau de Doutor, nossa proposta é consideravelmente mais "econômica", sem prejuízo de qualidade. Ela evita que o aluno fique "marcando passo", notadamente agora quando o título de Doutor é requisito mínimo para o ingresso em qualquer instituição acadêmica de primeira linha. Além de trazer uma economia de tempo, ele implica também uma redução de gastos do ponto de vista das agências financiadoras de bolsas de estudo. Como se sabe, tanto a CAPES como o CNPq, oferecem bolsas num total de 13 semestres (Mestrado e Doutorado). O modelo aqui apresentado prevê a conclusão do Doutorado num máximo de 12 semestres.

Este modelo prevê, ainda, a utilização máxima das chamadas "Bolsas Sanduíche", com a revalidação dos créditos realizados no Exterior. Será estimulada, também, a utilização de bolsas de Pós-Doutoramento por parte daqueles que concluírem o Doutorado com teses de alta qualidade.

A proposta prevê, também, a instituição de uma **Comissão de Seleção e Acompanhamento**, com mandato de dois anos, e com a finalidade de assessorar a Coordenação de Pós-Graduação. Caberá a essa Comissão não apenas selecionar candidatos, mas acompanhar seu desempenho, juntamente com cada orientador. Nesse

acompanhamento, e nas decisões e recomendações adotadas, cada aluno será um caso específico a demandar soluções específicas. Nenhuma decisão relativa a um aluno em particular poderá se tornar precedente para outros casos.

Essa Comissão é tanto mais necessária porque, durante ainda algum tempo, existirão candidatos oriundos do "antigo regime", isto é, alunos que concluíram o Mestrado tradicional e que se candidatam ao Doutorado (5). Esses alunos poderão ingressar diretamente na Segunda Etapa, desde que sua formação prévia seja considerada adequada; alternativamente, terão que realizar créditos/disciplinas relativas à Primeira Etapa. Deles será também exigida uma residência mínima de dois semestres.

A proposta que é aqui apresentada já foi submetida à discussão com o Colegiado do Departamento de Antropologia da UnB; com o Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da mesma Universidade, e com a Direção Geral da CAPES, e foi aprovada, devendo ser implementada ainda neste ano.

## NOTAS.

1. Este documento foi submetido à leitura crítica de Mariza Peirano, Luís Roberto Cardoso de Oliveira e Ellen F. Woortmann, aos quais agradeço. Eles o consideraram bom. As qualidades que ele porventura tenha são devidas a essa colaboração. Os defeitos também.

2. Outro ritual também é realizado pela ANPOCS. Refiro-me ao concurso Inter-American/ANPOCS para o Norte-Nordeste. Com ele, a ANPOCS se tornou "patronesse" da periferia e, quem sabe, daquela primeira dimensão da **Cultura do Mestrado** a que me referi. Calma, colegas setentrionais: tanto no Norte como no Nordeste existem pesquisadores altamente qualificados. Por outro lado, periferia não é questão de geografia. Basta lembrar a excelência do programa de Física do Recife, ou dos programas de Geofísica de Belém e Salvador. Ademais, outras regiões do país também possuem suas periferias. Os bons pesquisadores do Norte-Nordeste não precisam de um concurso só para nordestinos ou nortistas; são perfeitamente capazes de concorrerem às dotações do concurso Ford/ANPOCS. Criou-se, não obstante, uma "reserva de mercado" para aqueles que **não** são capazes de concorrer a nível nacional.

Pensando bem, talvez não seja um outro ritual, mas um momento de um processo ritual maior, que, como um todo, põe ordem na casa. Pode-se tratar de um ritual de separação que, contudo, perigosamente diferencia "castas" acadêmicas.

3. Agora, porém, surge a ameaça de um novo processo de vulgarização, pois já se ouve falar de projetos de criação de doutorados, no campo das Ciências Sociais, em lugares como Maceió, embora somente há cerca de um mês atrás foi concluída a primeira dissertação de Mestrado da universidade inteira. Estará surgindo agora uma "Cultura do Doutorado"(no primeiro de seus aspectos aqui considerados)? Talvez a distinção venha a ser mantida através de programas de pós-doutorado. Já existe um na USP, coincidentemente, a Universidade que primeiro instituiu o Doutorado no país.

4. Os fins a que atendem os cursos de Mestrado podem ser variados. O grau de

Mestre pode ser uma qualificação suficiente para legitimar posições empregatícias em centros de menor expressão; pode ser um treinamento suficiente para o exercício de certos cargos em repartições públicas. Nos principais programas, porém, ele continua servindo principalmente como esforço preparatório para a realização do Doutorado, antes no exterior, e agora também no país, frequentemente no mesmo Departamento. Tornou-se, então, um curso propedêutico.

5. Se mudou, como disse, o perfil dos alunos de Mestrado, o mesmo não ocorreu ainda, com a mesma intensidade, no que respeita a clientela para o Doutorado, ainda composta, em boa parte, de docentes de universidades periféricas em busca de qualificação.